

## **A resposta para quem me chama de “relativista”**

Paulo Ghiraldelli Júnior

*Para os meus amigos Nicolao e Susana, estudiosos do relativismo*

Como o pensamento pragmatista adota o perspectivismo, comum a James e a Nietzsche, não é difícil encontrar aqueles que vêm nessa doutrina nada além do relativismo – a implicância com Nietzsche e James tem história. A confusão entre relativismo e perspectivismo é comum entre os que, vindo de tradições doutrinárias que falam na busca do absoluto, não consigam – ou não queiram – ver a diferença entre uma postura e outra.

Para os meus adversários, quem adota a ideia de que temos melhores idéias se consideramos o maior número de perspectivas – que é o perspectivista – é absorvido no time dos que adotariam a ideia de que todas as perspectivas se equivalem – o que denominam relativista. Mas, é claro, essa idéia está errada.

Um perspectivista acredita ser melhor não transformar o mundo num lugar em que a pluralidade de visões é anulada por uma só visão, sem exame em cada caso. Um relativista, na conta de meus adversários, também não; ele é aquele que tem consideração por todas as visões que se lhe apresentam, mas as consideraria como equivalentes e, portanto, teria menos chances de justificativa perante os que optaram de maneira diferente e, principalmente, oposta.

Os adversários do relativismo nem sempre percebem – e se percebem ficam bem quietinhos às vezes – que esse personagem, o relativista, é uma invenção pouco plausível. Ninguém deixa de optar sobre a maior parte das questões que são colocadas, e não é verdade que não tenhamos boas justificativas para oferecer pelas nossas opções. Então, se é assim e se isso é razoável de se dizer, qual o problema que faz alguns tão incomodados com o relativismo?

O que os incomodados com o relativismo dizem é que é um fato empírico que optamos sempre e que é também aceitável ver que há boas justificativas para determinadas opções. Mas, eles insistem que tais decisões são baseadas em justificativas que não se sustentam pelas próprias pernas, uma vez que, no limite, uma justificativa pode se apresentar tão boa quanto a do lado contrário. Sendo assim, a verdade associada à justificativa, que é o que Platão chamou de conhecimento, não estaria de posse do relativista. Não tendo conhecimento, o relativista optaria e justificaria, sim, mas, sem qualquer segurança. Dizendo isso, o adversário do relativista acaba concordando com o cético, para quem a verdade é possível, sendo que aquilo que não é possível é o conhecimento.

Eis aí o pântano: aquele que é o adversário do relativista termina por endossar o cético. E se ele fica em desconforto assim, pode ser que volte ao dogmatismo para dizer que é mentira de Nietzsche que “Deus está morto”. Então, esbraveja que há um absoluto. E complementa: o fato da filosofia não encontrar o absoluto é uma questão de tempo. Vinte e cinco séculos é pouco.

Os pragmatistas não precisam ir por essa via. Concordo com Richard Rorty quando ele reinterpreta o “tudo é interpretação” de Nietzsche. As visões são sempre nossas, são interpretações, claro. Mas isso não quer dizer que elas se equivalem e também não quer dizer que nossas justificativas são sempre idiossincráticas a ponto de não podermos obter validade durável para elas. Caso observemos o que temos para concretamente observar (não há razão para não aprendermos nada com a *Linguistic Turn*), que é o uso de nossa linguagem, poderemos ver isso com certa facilidade. O exemplo de Rorty, nesse caso, é significativo e feliz. Ele fala sobre dinossauros.

Rorty diz que quando comentamos sobre dinossauros, quando queremos descrevê-los, podemos usar dois tipos de enunciados, e ambos podem envolver única e exclusivamente relações causais – as relações causais são as relações que admitimos válidas em nossa ciência. É o que temos no mundo sublunar! Falamos dos dinossauros levando em conta relações causais *sob uma descrição* que diz respeito aos seus ovos; depois, falamos dos dinossauros levando em conta relações causais *sob uma descrição* que diz respeito a nós. Ambas são descrições nossas e ambas são causais, mas a primeira não pode ser alterada uma vez que dinossauros são dinossauros porque são ovíparos. Não podemos falar de dinossauros não ovíparos. Algo não ovíparo parecido com o dinossauro não será dinossauro. (Do mesmo modo que baleia parece peixe, mas é mamífero, não é peixe.). Agora, a segunda descrição sempre poderá ser alterada, como vem sendo, pois estamos sempre modificando o desenho que fazemos dos dinossauros (RORTY, 1998, p.97-98).

Assim, a questão toda é de levar em conta o uso da linguagem: se sabemos utilizar a palavra dinossauro corretamente nos jogos de linguagem em que ela cabe, não criaremos problemas. Não há razão para dizer aquilo que alguém com pendores metafísicos (ou que leu muito Platão ou Kant) gostaria de dizer, por exemplo, que botar ovos é algo da coisa-em-si chamada dinossauro, enquanto que o resto seria da coisa-para-nós chamada dinossauro. Fazemos isso, de vez em quando, porque estamos acostumados a achar que temos de distinguir a descrição de ações intencionais da descrição de ações não-intencionais. Chegamos até a dizer que a descrição de ações não intencionais é a descrição do que é Real, imutável, enquanto que a descrição do que é intencional é a interpretação, o mutável e, então, não propriamente o Real (o R em maiúsculo, aqui, é proposital). Podemos distinguir essas descrições, claro, mas não temos que distingui-las a partir de uma distinção que as

coloca em campos opostos, em reinos que as faz de espécies diferentes. Não precisamos criar um reino para cada tipo de ação. Ambas são ações causais. “O dinossauro é ovíparo”(a) indica uma ação de causa: ele, dinossauro, é a causa de seu ovo. O “dinossauro é um animal que conhecemos faz pouco tempo”(b) indica uma ação de causa: ele, dinossauro, causou em nós uma idéia (que não tínhamos antes das primeiras descobertas arqueológicas a respeito da Era dos Dinossauros). As frases (a) e (b) são descrições, ambas. Acreditar que a constância da primeira e a volatilidade da segunda nos dão condições de afirmar que há uma “coisa em si”, uma essência dinossáurica que escaparia de ser uma descrição, que estaria para além da nossa linguagem, é o passo metafísico que não precisamos dar. Se dermos esse passo, reintroduzimos a briga desnecessária que faz o metafísico criar o relativismo para poder socar como um *sparring*. Pois se introduzimos a linguagem da metafísica, haverá novamente o que é “interno”, “em si”, e o que é “externo”, “para nós”. Quando, com as nossas descrições de eventos causais, já eliminamos o problema à medida que soubemos usar corretamente a palavra “dinossauro” dentro de um jogo de linguagem em que o uso correto é o esse mesmo, o que de fato fizemos, para que temos de voltar com o jogo de linguagem da metafísica?

Não digo que essa explicação toda é imune a objeções. Mas digo que, com Rorty, estou convencido que alguém de boa vontade deixaria de lado essa coisa de “ele caiu no relativismo”. Relativamente a ovos, a descrição de dinossauro é uma. Relativamente a nós, a descrição do dinossauro é outra. Mas, em cada caso, temos uma descrição, ou seja, uma visão do assunto – uma interpretação. Ei aí o perspectivismo: o que se entende como sendo dinossauro possui várias descrições. Há várias perspectivas para que possamos olhar um dinossauro. Conforme o momento, temos de lançar mão de uma e não de outra. Mas isso não me autoriza a dizer que uma delas daria o dinossauro em-si e outra não, pois ambas são produzidas por mim enquanto usuário da linguagem na qual a palavra dinossauro faz sentido segundo esse uso que mostrei. O outro uso, o do jogo de linguagem da metafísica, não parece nos levar a bom caminho. Além disso, o jogo de linguagem da metafísica torna o nosso jogo de linguagem comum estranho. Ora, às vezes é bom levar a sério Montaigne, quando ele diz que “é insípida toda a sapiência que não se acomoda à insipiência comum” (MONTAIGNE, 2004, p. 103).<sup>2</sup>

## Referências

Rorty, R. **Truth and progress**. Philosophical papers III. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 87-88.

Montaigne. **Pequeno vade-mécum**. Lisboa: Antígona, 2004, p. 103.